

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Temer ensaia golpe sobre os direitos trabalhistas

Depois de trair 54 milhões de brasileiros com uma arapuca contra a presidenta Dilma Rousseff, o golpista pretende vampirizar os direitos dos trabalhadores. Quer aumentar a jornada diária para 12 horas, meter a mão no FGTS, tornar a Previdência proibitiva e mais um saco de maldades. **Página 4**

Rumos para o novo PCCS até o final de dezembro

A comissão de Estudos do PCCS formalizou compromisso de concluir os trabalhos até 30 de dezembro. Entre os compromissos esperados estão o fim da política de portes nos salários, revisão da tabela salarial e outras exigências da categoria. **Página 3**



A MORTE TERCEIRIZADA

Dentro da vala sem escoramento mais um trabalhador de empresa terceirizada morre, vítima da irresponsabilidade com a segurança no trabalho. O companheiro vitimado trabalhava em Extrema (MG). **Página 4**



Paralisação Nacional dia 22 PELOS NOSSOS DIREITOS!

Governo golpista quer prejudicar conquistas como FGTS, 13º salário, férias, aumentar jornada, meter a foice nos direitos estabelecidos na CLT

No próximo dia 22 de setembro o movimento sindical promove uma paralisação nacional contra as ameaças do Governo contra os direitos dos trabalhadores, através de flexibilização das leis do trabalho estabelecidas na CLT.

Este é o momento certo de todos os trabalhadores, todas as categorias profissionais, reagirmos para impedir o retrocesso a condições que tentam ressuscitar um modelo de verdadeira escravidão, chegando ao cúmulo de falarem até em jornada de

12 horas.

Vamos enfrentar os golpes contra nossos direitos, para impedirmos que nossas famílias passem severas dificuldades e percamos tudo que conquistamos em mais de um século de lutas.

Convocamos todos os companheiros e companheiras para engrossarmos esta luta contra os golpistas.

**Todos à rua! Vamos gritar bem alto!
Fora Temer! Golpista!**

ENTREGUISMO NO SANEAMENTO

A universalização do saneamento corre sério risco com a intensificação do plano de entrega das empresas estaduais do setor à iniciativa privada pelo governo de Michel Temer, por intermédio do Programa de Parcerias de Investimento. A proposta ameaça diretamente os trabalhadores da Copasa e a população de Minas Gerais.

Com a privatização, imperam a falta de investimentos em infraestrutura, o aumento de tarifas e riscos ao meio ambiente. A empresa privada não investe o suficiente e adota política de exclusão de populações mais pobres, com a imposição de tarifas mais altas.

Para os trabalhadores das empresas de saneamento, a privatização resultaria em demissões, no fim do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) e na precarização das relações de trabalho. A população também terá grande prejuízo: a elevação das tarifas de água e esgoto em toda a rede privatizada.

O SINDÁGUA defende a presença do Estado como gestor dos serviços essenciais e a universalização do saneamento. O Sindicato é contra a entrega do patrimônio público à sanha do lucro a qualquer custo.

O primeiro alvo do plano de privatização do governo usurpador de Temer é a Cedae, empresa de saneamento do Rio. O governo estadual encaminhou carta ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dando aval à inclusão dos serviços de saneamento no programa de concessões do governo federal.

Os dois próximos estados que deverão entregar os serviços de saneamento à iniciativa privada seriam Pará e Rondônia, que também já formalizaram interesse junto ao banco de fomento. Bahia e Espírito Santo podem ser os próximos alvos numa segunda etapa.

A proposta de privatização dos serviços de saneamento enfrenta resistência no Rio. Os trabalhadores da Cedae se opõem à mudança. Para protestar contra a proposta, sindicatos e associações organizam manifestações, com a mensagem "A água é nossa".

Na avaliação dos adversários da ideia, a Cedae entregaria à iniciativa privada o filão, a parte mais lucrativa da operação. Segundo o projeto, a empresa continuaria com a captação, tratamento e transporte de água até as adutoras. O estado seria fatiado em quatro áreas geográficas, e a distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgoto ficariam a cargo da iniciativa privada.

SINDICATO DISCUTE PROPOSTA PARA PL

Os trabalhadores continuam profundamente indignados com a direção da Copasa por não reverter a situação de sucateamento da empresa. Nas assembleias realizadas recentemente em todo o Estado, os trabalhadores voltaram a cobrar a reposição de vagas abertas por demissões, acusam a falta de investimentos na recuperação da empresa, não pagando as progressões relativas às avaliações de desempenho realizadas, sob a alegação de que os resultados do balanço do ano passado foram negativos, reclamando sempre da crise hídrica vivida em 2015 e da falta de recursos.

Com o esforço dos trabalhadores para enfrentar a crise, a empresa apresenta uma recuperação extraordinária, atingindo cifras de quase R\$ 200 milhões de lucro nos dois primeiros trimestres de 2016. Esta contribuição aconteceu sob grande sacrifício, superando a falta de mão de obra para manter o nível de qualidade na prestação de serviços à população.

Agora, os trabalhadores querem o

reconhecimento e que sejam valorizados. Nas assembleias, deliberaram por exigir da empresa uma resposta às suas reivindicações, com o ajuste da margem EBTIDA, antecipação da PL paga aos acionistas referente aos dois primeiros trimestres de 2016, além de garantir um abono de R\$ 1.000,00 para cada trabalhador.

Reunião com a empresa

A reivindicação da categoria para que recebesse uma antecipação de PL de R\$ 1.000,00 voltou a ser discutida pelo Sindicato com a Copasa na última semana. Em reunião com o diretor de Gestão Corporativa, Francisco Cançado, voltamos a insistir com a empresa para que os trabalhadores não sejam esquecidos em seu empenho, sobretudo depois que a Copasa anunciou o pagamento de dividendos a acionistas.

O diretor afirmou que a proposta apresentada pelo Sindicato seria discutida em reunião do Conselho de Administração neste dia 13 de setembro, podendo ser deliberado o seu pagamento junto com os dividendos dos acionistas em outubro.

“Esta máquina aperreia”

Falta de investimento dificulta trabalho em Arinos, Buritis e Paracatu

No momento em que a Copasa enfrenta severas ameaças de concorrência privada nas concessões de saneamento, é, no mínimo, absurdo que a direção insista em precarizar as condições de trabalho, o que pode comprometer seriamente a qualidade dos serviços prestados.

Mas é exatamente isto que continua sendo encontrado em todo o Estado. Um exemplo disto é a desesperadora situação vivida pelos trabalhadores para desenvolver suas atividades em Arinos, Buritis e Paracatu.

O maior problema é a falta de pessoal, resultando num sobre-esforço de todos, excessivo número de horas extras e conflitos com encarregados, trabalhadores adoecendo, obrigados a apresentarem atestados médicos.

A sobrecarga de trabalho leva ao extremo as condições físicas dos companheiros. Em Arinos, por

exemplo, trabalhadores solicitam transferência, pois as contratações não cobrem as vagas abertas e o volume de “ordens de serviço” é algo apavorante. Encarregados exigem que os trabalhadores utilizem bicicletas no serviço, mesmo não sendo fornecidas pela empresa. Faltam também equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes, enquanto a arrecadação e o número de ligações só aumentam. As unidades operacionais e escritórios estão em condições deploráveis, exigindo reformas urgentes.

A falta de treinamento dos funcionários que operam as ETAs é outra dificuldade, e, geralmente, eles não recebem salário de operador nem a insalubridade. Em Buritis, não há equipes distintas para serviços de água e de esgoto. Em Paracatu, os operadores da ETA Santa Isabel também exercem funções de vigia e faxineiro.

PCCS tem datas definidas até sua implantação

O novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) já tem um cronograma de datas até sua conclusão e submissão à Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Copasa para eventual aprovação e implantação.

Depois de constituída em 9 de outubro, com participação de diretores do SINDÁGUA e do Senge, a Comissão de Estudos definiu o dia 30 de dezembro para concluir os trabalhos, apesar do entendimento da Copasa de que o prazo de 11 meses estipulado expira em 24 de março de 2017, contados a partir da contratação da empresa Rhumo Consultoria Empresarial Ltda, para o suporte nos estudos e formatação da proposta de PCCS.



O SINDÁGUA se reuniu com o diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, quando reforçamos as expectativas dos trabalhadores para que sejam resolvidos os velhos problemas do atual plano, como o fim da política de portes, os critérios para progressões salariais, crescimento na carreira por mérito e antiguidade, revisão da tabela salarial e revisão das demais

regras e dotações de verbas para o PCCS.

Além destes pontos prioritários, o Sindicato solicitou maior rapidez nos trabalhos e liberação dos representantes dos trabalhadores na Comissão para acesso irrestrito a todos os documentos e trabalhos desenvolvidos pela consultoria contratada pela empresa.

Informamos à empresa que o SINDÁGUA contratou a consultora Stela Fonseca, da Trilhar Consultoria e Treinamento Ltda, além de técnico do Dieese, solicitando livre acesso destes profissionais aos trabalhos.



Revisão salarial é fundamental para valorização dos trabalhadores da DVAS

Os trabalhadores da Divisão de Águas Subterrâneas (DVAS) da Copasa enfrentam vários problemas, devido à complexidade das atividades que executam, e precisam ser valorizados e ter os salários revistos, para que possam crescer profissional e culturalmente. Como atuam em núcleos distantes, no serviço indispensável de sondagem e prospecção em postos de abastecimento de água, para atender as populações de diversas localidades do Estado, eles permanecem por longos períodos nos locais de trabalho, que geralmente não são fixos.

Por isso, não têm condições de crescimento e desenvolvimento cultural. Outro detalhe: trabalham com equipamentos e maquinários de alto custo e de operação complexa.

Os serviços executados pelos funcionários da DVAS são semelhantes aos dos patrulheiros eletromecânicos. Por isso, sua carreira e salários deveriam seguir os padrões adotados para aquela categoria.



A permanência dos empregados da DVAS nos locais de trabalho, atualmente por mais de 30 dias, precisa ser regulamentada para no máximo 20 dias, com concessão de licença remunerada de cinco dias, para que possam ficar com suas famílias.

Durante a execução de suas atividades, os trabalhadores têm contato constante com óleos, graxas e lubrificantes, além de outros produtos inflamáveis, como gasolina, mas não recebem os adicionais legais de insalubridade e periculosidade.

A própria Copasa reconheceu esse direito, em relatório elaborado por perito contratado pela empresa - o trabalho foi

acompanhado pela Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho.

As equipes de sondagem, prospecção e perfuração não contam com equipamentos de segurança eficazes, como capacete acoplado a abafador de ruído - eles são usados separados, dificultando a sua operação.

O valor pago pelo pernoite para sondadores e motoristas também precisa ser revisto. Quando estão em seus núcleos e unidades de transporte, o valor é de R\$ 32,00, mas, ao se hospedarem em hotéis, ultrapassa R\$150,00. A diária de alimentação em viagens, de R\$22,50, continua abaixo do valor mínimo pago aos demais trabalhadores, que recebem R\$31,00. Outro problema é a falta de cabines sanitárias para os trabalhadores.

Na reunião do SINDÁGUA com a direção da Copasa, em agosto, a empresa assumiu o compromisso de concluir, no menor tempo possível, estudos para solucionar esses graves problemas, por intermédio da Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho. A empresa informou ainda que a cabine sanitária está em fase de conclusão.

GOLPES CONTRA OS NOSSOS DIREITOS

Os trabalhadores em todo o País estão assombrados com a forte campanha patronal e dos meios de comunicação em apoio às propostas do Governo Temer para flexibilizar as leis trabalhistas, com prejuízo a direitos que demandaram até mais de um século de lutas.

A falácia do governo é de que precisa diminuir direitos dos trabalhadores para facilitar a contratação de desempregados, quando sabemos que a verdadeira intenção é o aumento da margem de lucro das empresas e restabelecer para a elite o controle de todos os fatores sociais.

Estão ameaçados direitos como FGTS, 13º salário, férias, além de escancarar as portas para a terceirização e dificultar ao máximo que os trabalhadores se aposentem. Querem definir regras para a Previdência como idade mínima de 65 e até 70 anos, verdadeira caça aos beneficiários de auxílio doença e aposentadorias por invalidez e insinuação de esticar a jornada diária até 12 horas.

O movimento sindical brasileiro e os trabalhadores em todo o País precisam de uma



mobilização gigantesca, para pressionarmos o Congresso Nacional e barrarmos qualquer mudança drástica sobre direitos imprescindíveis e que, sem eles, tornaríamos a retroceder ao modelo de verdadeira escravidão.

A defesa dos direitos celetistas e conquistas de acordos coletivos não tem coloração partidária, de central sindical. É uma obrigação e responsabilidade de todas as categorias profissionais para impedir um retrocesso nas condições sociais e nos direitos estabelecidos na Constituição Cidadã de 1988. O governo golpista quer represar investimentos em saúde e educação por 20 anos, ameaçando seriamente a população, que já sofre com precariedades e exigências cada vez maiores.

Estas iniciativas temerosas para o futuro social podem encaminhar o País para uma situação de miserabilidade, de exclusão total da população a direitos e serviços essenciais básicos, semeando a violência como forma de sobrevivência.

Nossa luta é urgente e envolve todos os cidadãos brasileiros.

Trabalhador morre soterrado em vala sem escoramento

ISTO É TERCEIRIZAÇÃO!

A trágica morte de um trabalhador terceirizado da Copasa, em Extrema, Sul de Minas, no dia 2 de setembro, é o triste retrato da política desumana que a empresa vem adotando, com a entrega de serviços fins à terceirização. O SINDÁGUA vem denunciando as graves dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores por causa da insuficiência no quadro de pessoal, o aumento de pressão pela sobrecarga de trabalho, sucateamento de estrutura e a falta de segurança.

A falta de treinamento dos companheiros terceirizados em atividades de risco resultou no acidente. O trabalhador Paulo Alexandre da Silva, de 48 anos, morreu após ficar soterrado em uma obra de manutenção de rede de esgoto, no centro da cidade. Trabalhava pela empresa terceirizada Quadrum Engenharia, na manutenção de rede, uma atividade fim na Copasa.

Os trabalhadores da empresa evitaram falar abertamente sobre as condições que provocaram o acidente fatal. O companheiro acidentado ficou totalmente coberto pela terra. Colegas de trabalho tiraram parte do



barro que o cobria, antes da chegada do Corpo de Bombeiros, que o encontrou soterrado até a região do tórax.

A remoção da vítima foi difícil devido à pressão da água e só foi possível depois da abertura de uma vala por retroescavadeira. Com ferimentos nas costelas e na bacia, o trabalhador foi levado para o hospital, mas não resistiu.

Uma testemunha do acidente, afirmou que não havia escoramento de proteção na vala, instalado depois do acidente e com material inadequado. Afirmou que o Corpo de Bombeiros

chegou 40 minutos após a tragédia.

Contou que Paulo Alexandre trabalhava dentro da vala, quando houve um desmoronamento perto dele. O trabalhador virou para ver o que tinha acontecido e viu que havia se formado uma cratera. Se aproximou e caiu no buraco. A encosta cedeu, e ele ficou todo encoberto pela terra.

Mais um acidente trágico que amplia a estatística de morte de terceirizados, que falecem pela ausência de treinamento, a não utilização de EPIs e a negligência com normas absolutamente necessárias de segurança.